




MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD - Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Bárbara Miriam do Amaral Correia (em substituição de Sêrgia Maria Vicente Coelho Medeiros), Miguel Baião da Encarnação (em substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de Bruno Miguel Martins Inácio), Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;-----

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;---

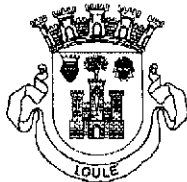
Os Vereadores de Oposição: Irina Alexandra Mendes Martins (em substituição de José Manuel Valente Graça);-----

Também estiveram presentes, o **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abilio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo e Marilyn Zacarias.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: -----

Os Deputados Municipais do PS, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, foi substituído respetivamente por Marco Jorge Freitas M. Ferreira, Fernando Domingos dos Santos, foi substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Maria Esteves Ferreira Lourenço, não se fez representar, Hermes Luis de Brito Alberto, foi substituído respetivamente por Miguel Ângelo Gonçalves Teixeira Fernandes;-----

Os Deputados Municipais do PSD, Sebastião Francisco Seruca Emídio, foi substituído respetivamente por Miguel Baião da Encarnação, Bruno Miguel Martins Inácio, foi substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Palma de Sousa, Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, foi substituído respetivamente por Bárbara Miriam do Amaral Correia, João Manuel Guerreiro da Conceição, foi substituído respetivamente, por Cláudio Filipe Simão de Lima;-----

Organização da Sessão:

1-Introdução pelo Presidente da Assembleia Municipal

2-Atuação do Coro Infantil de Loulé

3-Intervenção da Personalidade Jovem convidada:

-Rodrigo Faria (aluno do Colégio Internacional de Vilamoura)

4-Intervenções dos Representantes dos Grupos Municipais

- CDS-Partido Popular (CDS)

- Bloco de Esquerda (BE)

- Partido Social Democrata (PSD)

- Partido Socialista (PS)

5-Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

6-Atuação do Coro Infantil de Loulé

7-Encerramento pelo Presidente da Assembleia Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Adriano Pimpão, abriu a sessão saudando os presentes, referindo-se ao programa da Sessão Comemorativa dos 44 Anos do 25 de Abril; -----

Finalizado o seu discurso o senhor Presidente da Assembleia Municipal, convidou todos os presentes a cantarem a música Grândola Vila Morena de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Zeca Afonso, pelo Coro Infantil de Loulé.-----

Posteriormente, usaram da palavra, os representantes dos Grupos Municipais como se segue:-----

- Representante do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular (CDS), Senhor Deputado António José Mendes Pinto Farrajota;-----

- Representante do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda (BE), Senhor Deputado Carlos José da Silva Martins;-----

- Representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD), Senhor Deputado Mário Baião Botelho da Silva;-----

- Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista (PS), Senhor Deputado Carlos Manuel Pontes Costa;-----

Por fim usou da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vitor Aleixo;-----

O Senhor Presidente da Assembleia, após a audição do Hino Nacional, pelo Coro Infantil de Loulé, Pelas doze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Adriano Pimpão, deu por encerrada a sessão;-----

O teor das intervenções são transcritas em anexo a esta Ata, dela fazendo parte integrante.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adriano Pimpão

A 1.º SECRETÁRIA [Assinatura]

A 2.º SECRETÁRIA [Assinatura]

Intervenção – 25 de Abril 2018

Assembleia Municipal de Loulé

Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,
Autoridades militares, civis e religiosas,
Senhor Comandante da Zona Marítima do Sul,
Senhor Comandante da GNR de Loulé,
Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais,
Caro convidado Rodrigo Faria,
Senhores dirigentes e funcionários municipais,
Senhores convidados,
Caros concidadãos do nosso Concelho,
Minhas Senhoras e meus Senhores;

Bem vindos à Casa de Democracia e à Festa da Liberdade.

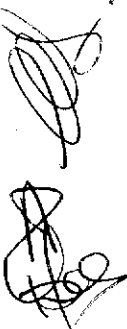
Saúdo todos os que aqui estão, dignificando com a sua presença e participação nesta sessão da Assembleia Municipal, reforçando e renovando o compromisso coletivo de defesa da liberdade e do desenvolvimento, de que hoje se comemoram 44 anos.

É verdade que vivemos em regime democrático, que temos um enquadramento constitucional que assegura os direitos, liberdades e garantias onde cada cidadão delega nas instituições e nos eleitos a realização da democracia económica, social e cultural.

Mas também é verdade e notório que esta liberdade aguçou-nos o espírito crítico para exigir maior qualidade para a nossa democracia.

A qualidade é aferida pela capacidade dos poderes legitimados democraticamente, leia-se pela eleição direta dos cidadãos, demonstrarem coerência política e realizarem a “praxis” que corresponda às preferências manifestadas pelos eleitores com a correspondente responsabilização dos eleitos.

O grande sintoma de que esta qualidade não é reconhecida, traduz-se no menor interesse na participação cívica e política, mais evidente e simbólica nos momentos eleitorais, e quantificada através dos níveis de abstenção. E se por acaso ocorre alguma reação, ela verifica-se muitas vezes fora do quadro institucional, nomeadamente no que se refere à sua componente político-partidária.



É usual dizer-se que a perda de qualidade origina “picos de democracia” nos períodos eleitorais, introduzindo assim uma espécie de sazonalidade na participação cívica e política.

Só nestes momentos parece haver mais consciência da responsabilidade dos eleitos (ou dos candidatos a eleitos) em representar as aspirações dos eleitores.

Apesar disso não é de excluir que as eleições sejam por vezes entendidas como um jogo competitivo entre equipas para ocupar o poder, mais do que um momento solene de compromisso para a materialização da esperança dos eleitores.

É por isso que de forma progressiva muita desta esperança se transfere para outros patamares, por vezes menos formais e surge a consequente tendência para a abstenção e afastamento da participação cívica e política.

Chegados a este ponto desta reflexão pergunta-se:

Como podemos alterar esta situação e melhorar a qualidade da nossa democracia? E devemos perguntar mais diretamente:

Como podemos e devemos nós Autarcas e mais especificamente os Deputados Municipais, membros desta Assembleia, diretamente eleitos pela população, representando a sua diversidade social e política, contribuir para aumentar a coerência entre os compromissos e as realizações, no tempo e no modo, como foram apresentados aos eleitores? Porque no fundo é isto que interessa e só isto corresponde ao desejo sempre expresso nesta data comemorativa e que nos faz dizer com emoção “Vinte e cinco de Abril sempre!”

Compromisso, confiança e eficácia são palavras chave neste processo de credibilização porque “fazer política é fundamentalmente resolver os problemas dos cidadãos”.

A Administração Local é o nível de responsabilidade do Estado onde é mais viável a credibilização da via política, pois é aqui que a proximidade torna mais direta a responsabilização dos eleitos perante os eleitores.

Para tal é necessário levar muito a sério a possibilidade dos cidadãos exercerem o seu direito de acompanhamento dos processos de decisão que lhe digam respeito (que na prática são a grande maioria) e que haja eficácia nos resultados desses processos.

Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores,

A Constituição da República, a Lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais e o mais elementar bom senso exigem que os dois Órgãos Autárquicos (Assembleia Municipal e Câmara Municipal) estejam obrigados à cooperação institucional, no respeito pelos compromissos assumidos e em prol do desenvolvimento do Concelho.

Mas também se sabe que esta cooperação incluiu um dever inquestionável de acompanhamento e fiscalização dos atos do Executivo Municipal por parte do Órgão Deliberativo, Assembleia Municipal.

E a razão para o exercício desta função não deriva apenas da eleição direta, mas também da diversidade política com que é composta a Assembleia. Esta tensão saudavelmente democrática, porque baseada na pluralidade e na liberdade de questionar, faz a beleza da vida democrática local.

O pleno exercício dos deveres de cada Deputado Municipal deve ser entendido como contributo para o reforço do valor das decisões políticas a nível local e para o fortalecimento do Município e dos interesses das suas populações no contexto nacional.

Por tudo isto, a forma como a cooperação se estabelece no respeito mútuo pelas competências de cada Órgão Autárquico, será certamente uma das mais fortes referências pedagógicas (e de confiança dos cidadãos) sobre a forma como se faz ou se deve fazer política.

É justo referir que esta cooperação tem existido com grande sentido de responsabilidade e que está criado um quadro de relacionamento e de condições que permitirão olhar o futuro com grande confiança. E gostaria de sublinhar que tenho encontrado no Senhor Presidente da Câmara Municipal, um interlocutor grande defensor daquela cooperação.

Aliás, as novas competências acrescidas no quadro do processo de descentralização e curso, trarão novas responsabilidades no papel interventor das Assembleias Municipais, de que beneficiará o necessário equilíbrio de poderes no Estado Local, condição para o sucesso daquele processo de fortalecimento do contributo do Poder Local para o progresso das populações.

Cá estamos todos para assumir com confiança e respeito mútuos as tarefas que nos cabem e que queremos cumprir para aprofundar a qualidade da nossa democracia, que só deve ter um sentido – a felicidade dos nossos concidadãos.

Muito obrigado

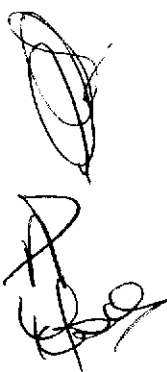
Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Vivam as terras e as gentes de Loulé!

Adriano Pimpão

Presidente da Assembleia Municipal



Rodrigo.faria.16@hotmail.com

Muito bom dia,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Camara Municipal de Loulé,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais e demais entidades oficiais,

Caríssimas senhoras,

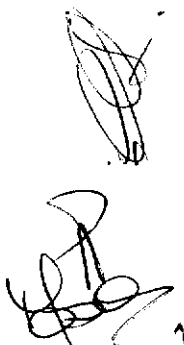
Caríssimos senhores,

Antes de dar início ao meu discurso, gostaria de saudar todos os presentes e de agradecer o convite que me foi endereçado para vir, hoje, aqui, nesta efeméride nacional, partilhar o meu testemunho.

Nestes últimos dias, enquanto refleti sobre a minha intervenção, sobre o meu papel enquanto cidadão, sobre os valores democráticos - sobre a vitalidade e força motriz da democracia - pensei inevitavelmente sobre o 25 de abril. O que foi o 25 de abril? O que motivou a revolução? E o que mudou desde então? Qual é o papel dos jovens do século XXI na vida política?

Perante estas questões, recordei-me das minhas aulas de História durante o ensino básico. E pensei no tanto que aprendi com o meu professor de História. Sobressaiu desta reflexão o poder e a responsabilidade que o meu professor e todos os professores têm no esclarecimento dos jovens sobre um momento tão determinante da História de Portugal.

Passado quase meio século depois da revolução dos cravos, como se explica a um jovem o contexto social, político e económico em que vivia o país em 1974? Como se




explica um regime ditatorial a jovens que nunca viveram senão segundo uma democracia?

Perante uma turma com muitas questões sobre o estilo de vida durante o Estado Novo, o professor improvisou uma pequena história que gostaria de partilhar convosco.

O professor pediu-nos que imaginássemos um rapaz da nossa idade, 14 anos, na altura. Este rapaz a par das traquinices, do futebol de rua, dos berlindes, do contributo que dava em casa e a ajuda que dava nas tarefas do campo, como qualquer outro miúdo daquela idade, tinha as suas ambições. Ele e os amigos também eram movidos por sonhos, como todos nós! Havia contudo algo que nos distinguiu: a Liberdade! A liberdade que hoje nos dá tantas oportunidades e possibilidades, àquele rapaz só deu uma. A liberdade que nos permite dizer "não" e a ele obrigou a dizer "sim". Essa pequena mas enorme diferença fez com que esse rapaz vivesse de uma maneira que nós, com muita dificuldade, imaginámos. Lidou com medos, com as revoltas, com a indignação de ter de abandonar o lar, de abandonar o trabalho, de ver desvanecer o sonho, para pegar numa arma e combater numa guerra colonial, que alguém afirmava estarmos "orgulhosamente sós". Esses medos e essa mesma revolta fizeram com que o exílio se tornasse a única opção, e esse jovem foi forçado a construir uma nova vida fora do seu país, por ter uma atividade oposicionista. O seu desejo de ver findado o regime fascista tornou-o traidor. Por ter uma posição contrária ao regime foi pintado de criminoso! Sim, porque pensar fora da matriz ditatorial, constituía um crime.

Brasil, Bélgica, Suécia, União Soviética, Marrocos, Argélia. Uns de barco, outros de comboio, muito até em passada larga. Vidas duras marcadas por sacrifícios pessoais e familiares. Todas as ambições do jovem se transformaram em represálias, marcas que ficaram para a vida. Marcas repletas de dor, de coragem, do quase inverosímil, do questionamento pessoal, da divergência, do reposicionamento político e ideológico. Assim se fez o 25 de Abril. Emergiu da necessidade de uma política diferente, de um



novo rumo para o país. Nasceu de um grupo de jovens e capitães, de um povo que quis poder e conseguiu dizer “não”. O exercício criativo que nos pedia o professor era o de imaginar essa realidade, reiterando que devíamos estudá-la, entendê-la, para que na nossa geração e nas vindouras aquela realidade não se repetisse.

Quando o professor terminou a sua narrativa, o silêncio na sala era total. Contudo, e apesar de silenciados pela intensidade e intencionalidade do que tínhamos acabado de ouvir, ficou-me na memória o burburinho mudo que surgiu em nós nesse momento: “Eu também posso fazer a diferença!”

Mas, por algum motivo que desconheço, a emoção e o sentido de pertença que senti nesse dia, com a adolescência e com os diversos interesses que a idade impõe, foi-se desvanecendo como uma chama que aos poucos se vai apagando.

Nas eleições autárquicas de 2017, neste concelho houve uma abstenção de 55,41%, o que representa mais de 30 000 eleitores. Deste universo, acredito que muitos eleitores terão uma justificação válida e plausível para a sua abstenção, mas para muitos outros, de entre os eleitores mais jovens, muitos terão essa chama apagada. São, provavelmente, jovens que não têm interesse na vida política e que não olham para a política com bons olhos. E este contexto leva-nos a outra questão. Como se conquistam os jovens para a cena política? Devem os partidos apostar nos jovens? Devem motivá-los para a política? Porque ao fazê-lo poderão conquistar mais um voto nas próximas eleições ou devem os partidos apostar nos jovens, porque ao fazê-lo estão potenciar a cidadania ativa, livre e comprometida?

A abertura dos partidos aos jovens poderá ser uma das formas de envolvê-los na cena política nacional. O caminho da proximidade aos jovens poderá estar na cooperação entre os partidos, na participação em associações cívicas.

Hoje sei que a cidadania é essencial para o fortalecimento da democracia. Sei também que a escola é o local onde começa a mudança. A escola, em articulação com as



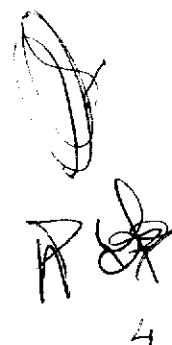
associações, com os movimentos cívicos, devem promover ações que formem os jovens para a paz, para o voluntariado social, para a participação ativa na resolução dos problemas existentes, para os valores humanistas, para a superação das desigualdades sociais. Em cada criança e jovem há a renovada força de que a sociedade harmoniosa se conquista com a participação individual em prol do bem coletivo.

Veja-se o exemplo do Parlamento dos Jovens que remonta a 1995, tendo o atual formato sido aprovado em junho de 2006, envolvendo crianças e jovens a partir dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e que tem como objetivos principais

- *Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política;*
- *Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político;*
- *Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República (AR), enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses;*
- *Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.*

Este e outros programas poderão manter a chama acesa!

Este ano o tema escolhido foi a Igualdade de Género. Digo com sinceridade que, dos debates realizados a nível regional, mais do que ter sido escolhido como porta-voz, a nível distrital, foi a experiência proporcionada pelo confronto de outras linhas de pensamento, de outras propostas de medidas para além das que propus, podendo se traduzir em alternativas prioritárias e viáveis para a sociedade do presente e do futuro. Este exercício permite-nos desenvolver a reflexão, o espírito crítico, a capacidade de argumentação, a resolução de problemas. Mas aquilo que nos preenche efetivamente é envolver-nos na defesa dos direitos humanos, na defesa da Democracia que hoje estamos a celebrar e que tanto tempo levou a conquistar!



Handwritten signature and initials, possibly 'AR' and 'OR', with a stylized flourish above them.

Para finalizar e de forma sucinta, gostaria de realçar dois pontos:

Que a política partidária possa olhar para os jovens como a força motriz da Democracia no futuro e não como um meio. A iniciativa de hoje demonstra a visão e a missão que o concelho de Loulé pretende desenvolver junto da juventude, apelando para a sua participação cívica e política.

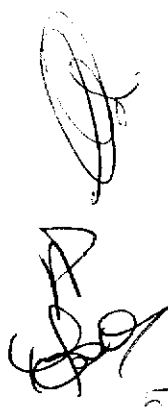
Em segundo lugar, reforçar o dever dos pais, dos docentes, da comunidade em geral, na divulgação da nossa história e em especial da importância da revolução do 25 de abril de 1974. É necessário saber defender e preservar esta herança tão valiosa e que orgulhosamente é conhecida pela Revolução dos Cravos. Todos temos essa responsabilidade!

Mais uma vez, obrigado por esta oportunidade.

Viva a Liberdade!

Rodrigo Domingos Faria,

Loulé, 25 de Abril de 2018



10



Discurso dos 44 anos do 25 de Abril de 2018

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara e Vereação,

Companheiros Deputados das várias Bancadas,

Senhoras e Senhores funcionários da Assembleia Municipal,

Todos os demais, Chefe dos Bombeiros, Forças de Segurança, Entidades Oficiais, Comunicação Social,

Público em geral,

Senhoras e Senhores,

Começou muito cedo o 25 de Abril. De facto o movimento iniciou-se pelas 22 horas do dia anterior após longa preparação. Refiro-o, pois recordo ter ouvido ambas as músicas que despoletou o movimento.

Perfaz-se hoje o 44 aniversário.

Foi então que os portugueses reconquistaram a liberdade de opinião e expressão.

O 25 de Abril não foi levado a cabo para alguns, mas sim para todos os cidadãos e cidadãs e acabar com a ditadura.

Pretendemos rejeitar e denunciar liminarmente a apropriação da data por parte de algumas forças políticas cujo objetivo final, é imagine-se a Ditadura.

O 25 de Abril que hoje comemoramos não foi levado a cabo para essas forças. Na verdade a democracia em que vivemos permite-lhes a coexistência, o que não aconteceria a outras ideologias mais moderadas caso fossem poder.

Temos a liberdade à indiferença, mas ao usá-la estamos a aprisionar essa mesma liberdade. Não. Não vamos por aí (Ary dos Santos).

O CDS deseja que a hipocrisia seja banida e desmascarada.

NÃO HÁ LUGAR PARA ELA. Sob pena da própria democracia ficar em perigo. Partidos Políticos pedem isenção do IVA, quando as IPSS, Misericórdias, Lares, Creches e outros, que exercem um trabalho social notável que bem conheço e lhe vem recusada essa isenção.

O CDS louva esta data que permite, como já referi estarem aqui diversas forças de índole diferenciadas que exprimem livremente as suas opiniões tal como o CDS acaba de fazer.

A Democracia não é algo que se conquista e pronto. Já está, Não. A Democracia deve ter uma evolução contínua em todas as áreas. Para referir algumas refiro por exemplo na área da nossa identidade nacional, a proteção da língua portuguesa e a revisão urgente do chamado A.O

Há dias por de cima do balcão de um Hotel, lia-se “recepção”, ou ainda “fui de fato para a praia”, etc.

Só para referir dois exemplos.

É imperioso tornar a nossa democracia mais adulta,

- Na Educação,

- Na Saúde,

- Na Justiça Tributária, por exemplo na taxa social. Os que mais podem, pagam o mesmo que os que menos podem.

-Uma justiça mais rápida.

No combate à burocracia, enorme entrave ao desenvolvimento económico. Tendo presente que quanto maior for a dívida pública, menos estado social teremos, e que a dívida condiciona todas as áreas da atividade da governação central.

Como será fácil compreender, para melhorar os portugueses têm uma tarefa nada fácil.

Mas não se trata de ter esperança. Trata-se de vontade política e do querer dos portugueses.

Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal

Bloco de Esquerda



SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ COMEMORATIVA DOS 44 ANOS DO 25 DE ABRIL

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs(as) Deputados Municipais

Sr. Presidente da Câmara e restantes membros dos órgãos autárquicos

Autoridades convidadas. Minhas Senhoras e Meus Senhores

Comemoramos nesta data o 44º Aniversário da 25 de Abril - Dia da Liberdade

Antes de mais, saudar as Crianças do Coro Infantil de Loulé, pela alegria que deram a esta sessão solene e salientar a coragem e determinação do jovem convidado, que não recuou perante o convite vir à Casa da Democracia apresentar aquilo que os jovens entendem e pretendem sobre o tema escolhido – Cidadania e Participação e o 25 de Abril.

“Vemos, ouvimos e lemos...não podemos ignorar” assim cantava Fanhais no tempo da ditadura. Tinha razão, apesar da ausência de Liberdade, nada nos impedia de pensar, de ouvir o descontentamento permanente e de lermos os sinais que vinham doutros lugares.

Há 44 anos os Capitães de Abril quebraram as correntes da ditadura, resgataram a Liberdade, abrindo o caminho ao fim de uma guerra sem sentido e à Paz, e viram o povo português envolver-se profunda e entusiasticamente no processo de reconstrução da felicidade. Abriam-se as portas das prisões aos presos políticos e encetou-se o processo da descolonização.

Esta epopeia coletiva viria mesmo a tornar-se um ato único da História Universal, "o dia inicial, inteiro e limpo" de onde "emergimos da noite e do silêncio", como dizia a nossa Sophia.

Olhando para os 44 anos que entretanto passaram, os portugueses e os Louletanos, em particular, têm profundas razões para se sentirem orgulhosos do caminho percorrido e dos resultados obtidos nos sectores da saúde, da educação na eletrificação, nos equipamentos coletivos, nas redes de abastecimento público de água e esgotos ou na rede viária e transportes.

Quase tudo, foi feito... mas muito ainda há por fazer, na proteção do ambiente e nas alterações climáticas, na reabilitação urbana, na construção de habitação e no alargamento da rede municipal de equipamentos destinados às crianças (creches, infantários e pré-primário), idosos (lares e centros de dia) e os mais desprotegidos (residência para os sem abrigos).

Mas não podemos ignorar que as principais conquistas alcançadas e mantidas, fazem com que Portugal seja hoje um País muito diferente e melhor do que era há 44 anos.

Foi difícil? Certamente, nem sempre se utilizou a Liberdade para tomar as melhores decisões. A Democracia e a Constituição, mau grado os seus defeitos, teve dificuldade em promover a Justiça. Portugal é o quinto País do mundo no índice de Corrupção, nomeadamente no campo económico e social, os detentores do poder durante a ditadura recuperaram muito do poder perdido.

Os inimigos da justiça social não desarmam. Os senhores de todos os poderes, nunca se conformam com qualquer perda desses poderes, e estão naturalmente saudosos dos tempos idos, tudo fazendo para recuperar privilégios e voltar a colocar a canga em cima dos mais desfavorecidos. É o caso concreto da Lei do Arrendamento, (entretanto revista) que hoje expulsa de casa os nossos anciãos por uma mão cheia de dinheiro; na tentativa de “apagamento” do SNS transferindo os serviços de saúde para o sector privado; na manutenção das ruinosas parcerias público-privado (PPP) ou na imposição da privatização da água, o único bem essencial à sobrevivência da espécie humana.

A justiça social, é por eles espezinhada, se com isso aumentarem as suas contas bancárias e diminuírem as conquistas dos trabalhadores, está tudo bem. A vertente social do Estado moderno, na qual se baseia a nossa forma de estar no Mundo, é-lhes adversa.

Por isso não querem de um Serviço Nacional de Saúde universal e eficiente, de melhores condições num trabalho estabilizado e seguro com um salário mínimo digno, do aumento das reformas ou encontrar soluções para combater a desertificação progressiva do interior do país ou do nosso concelho! Para eles, o mercado é que manda, o seu galopante é o dinheiro.

Lamentavelmente, neste último ano, a natureza tornou-se um valioso aliado dessas forças retrógradas. E os incêndios ocorridos na zona centro, que vitimaram dezenas de pessoas, são disso uma evidência. Sabemos, que grande parte dos incêndios, porventura a maioria, foram provocados por criminosos, descuidos humanos e atos de demência variada! Mas, também estamos convictos que uma quantia razoável deles encerra fortes interesses económicos e porventura **políticos**.

Esta realidade só é possível de eliminar, se conseguirmos expurgar as práticas corruptas e de compadrio que sem exemplar punição, comprometem as Políticas Regionais, Ambientais que desacreditam os políticos e o regime Democrático. É necessário apostar num novo planeamento da nossa floresta e investir mais na sua prevenção.

Não podemos esquecer que, numa democracia avançada, o poder tende a ser primariamente um dever, uma função, um serviço. A função que os servidores públicos exercem é um serviço que prestam à sociedade, visando o interesse geral; o poder que lhes foi conferido tem como objecto o desempenho dessa missão de serviço, que exige imparcialidade face aos vários interesses particulares em jogo na sociedade. O mesmo princípio se aplica a quem exerce funções nos órgãos de soberania.

A evolução para o Estado Social levou ao alargamento das funções públicas de promoção do bem comum, da justiça social e do bem-estar dos cidadãos, mas são

cada vez mais os bens que passaram do domínio e gestão pública para a esfera privada.

Nesta luta sempre inacabada pela democracia, pela defesa e alargamento dos direitos políticos, sociais, económicos e culturais, o exercício da cidadania ativa e do pensamento crítico são essenciais na intervenção cívica, mas também no seio dos novos e velhos movimentos sociais, (expressão dinâmica da Sociedade Civil), em prol de causas sociais legítimas e na afirmação plena da liberdade, fraternidade, da igualdade e da justiça social.

Graças à revolução dos cravos temos hoje uma Democracia consolidada e uma Constituição que consagra os direitos e deveres fundamentais e privilegia estratégias de desenvolvimento e descentralização que respeitem o primado da ética republicana e valores genuinamente democráticos da participação e solidariedade.

Hoje, em Liberdade, podemos votar e temos maiores capacidades de “vermos, ouvirmos e lermos ... e agora, não nos podem ignorar!

Os tempos são outros, a velocidade com que a informação é tratada é impressionante, as redes sociais são armas poderosas e os governos nacionais e locais temem este novo poder, aquilo que se passa do outro lado do mundo, quase em simultâneo é do nosso conhecimento. **Ocultar, agora, é muito mais difícil.**

Apesar disto tudo, a participação cívica na vida pública e política, é cada vez menor. A cidadania não é praticada, nem exercida e a sociedade começa a dar sinais de grande preocupação em relação a este fenómeno social.

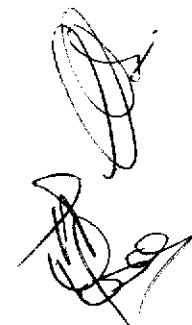
Incompreensível, que os cidadãos, agora em Liberdade, vivam de costas viradas para a política, quando deveriam usar as armas que dispõem – o voto – para exigir e alterar o rumo das coisas.

A título de exemplo nas últimas eleições autárquicas em Loulé, a abstenção atingiu uma percentagem inexplicável de 55,56%, dum total de 59.361 eleitos somente 26.380 exerceram o dever cívico, dos quais 1.172 (4,3%) votaram branco ou nulo. O vencedor eleitoral conseguiu uma maioria significativa (65.90%), no entanto representa uma minoria de 29% dos eleitores.

A Democracia emergiu com as promessas de Abril e teve na sua fase inicial, com alguns erros e excessos. A institucionalização da Democracia Representativa, possibilitou a eleição de representantes para o exercício de mandatos políticos em diferentes órgãos de soberania, mas ao longo de quarenta e quatro anos foi aumentando o desencanto e alimentadas suspeições e distanciamentos entre eleitores e eleitos.

A partidarização e o aparelho partidário tomaram conta da sociedade e das instituições.

Este crescente afastamento entre o povo e os seus eleitos foi-se agravando não só pela prática política, mas também porque não houve verdadeiro investimento na educação para a cidadania democrática, começando nas escolas onde muito



tardiamente foi criada a disciplina de Formação Cívica, que viria a ser extinta pelo governo autoritário de Passos Coelho.

É hoje uma evidência que a Democracia institucional, que funciona de acordo com ciclos eleitorais, se enriquece e aprofunda com o exercício da Democracia Participativa, onde os cidadãos sejam participantes nos processos de decisão, gerando dinâmicas propícias ao desenvolvimento de uma pedagogia democrática e, o **Orçamento Participativo**, pode ser um incentivo para a participação cidadã, assim como, a criação do **Provedor do Município**, proposta da autoria do Bloco de Esquerda aprovada recentemente pela assembleia municipal, sem ignorar outras formas de envolvimento ativo em domínios onde os municípios podem e devem ser ouvidos.

Não será fácil ensaiar modalidades de real participação, porque predomina uma cultura organizacional onde as deliberações são tomadas sem a auscultação ou até mesmo sem o dever de informação, de decisões relacionadas com o quotidiano das pessoas, das suas ruas, das aldeias, das vilas e das cidades do nosso concelho.

A cultura deve ser entendida como um conceito alargado, que diz respeito à formação cívica, cosmopolita e humanista, à produção e à partilha de conhecimentos e como tal política. Política porque contribui para promover comunidades de pessoas conhecedoras, curiosas, com espírito crítico, abertas ao diálogo e com vontade de se expressar.

A cultura perspetiva e promove a política de uma forma abrangente. Contrapõe a obras avulsas e a fogachos de ocasião intervenções cujos efeitos se prolonguem, que possam criar raízes e que saibam tirar partido do que existe – se necessário impulsionadas pela Câmara, articuladas por esta, mas no essencial protagonizadas pela sociedade civil, da qual brotam a criatividade e a diversidade que alimentam a democracia.

Neste momento de excelência para uma reflexão prospetiva sobre Democracia e Participação, queremos exortar o Executivo Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia para que assumam o incentivo à participação e a aproximação entre os eleitos e eleitores como um desígnio importante, experimentando novas formas de consulta e auscultação das populações.

Novos desafios, teremos que enfrentar no futuro.

É necessário, investir mais na melhoria dos serviços públicos e na promoção de uma cultura política virada para a cidadania. Exigir a manutenção do sector da água no Estado. Criar condições para o envolvimento e auscultação das populações, técnicos e empresários no processo de revisão do PDM que se avizinha. Lutarmos, pela descentralização administrativa de competências para as autarquias que não ponham em causa as **obrigações sociais do Estado** e um tratamento igual para todos os cidadãos, independente do município onde vivam e pela criação de novos mecanismos para que as assembleias municipais sejam capazes de poder cumprir a sua função fiscalizadora da atividade municipal. E retomar o processo de discussão da reorganização das freguesias, consultando as populações, através do referendo local.

Vamos fazer Abril todos os dias, para manter acesa a chama da esperança na construção de um Mundo melhor para todos! Com mais Igualdade, Fraternidade e Solidariedade.

Viva o 25 de Abril – Sempre!

Viva o 1º Maio – Dia do Trabalhador. Com Trabalho com Direitos e mais Qualidade!

Loulé, 25 de Abril 2018

Carlos José da Silva Martins

Deputado do Bloco de Esquerda





Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé
Senhor Presidente da Camara
Senhoras e senhores Vereadores
Senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Senhores representante das entidades, civis militares e religiosas,
Exmo. convidado, que muito nos honra com a vossa presença
Senhoras e senhores deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

Hoje comemoramos o quadragésimo quarto aniversário do 25 de Abril de 1974, data que permanecerá de forma indelével marcada, na história de Portugal e na memória de todos os portugueses.

A expressão 25 de Abril, ficou e permanecerá inscrita no coração dos Portugueses, como num dos mais belos sinónimos do conceito de liberdade.

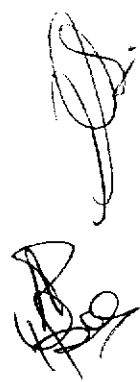
Liberdade essa, expressa quer no multipartidarismo, quer na liberdade de expressão, quer ainda na manutenção de um estado de direito, pilar fundamental para a preservação dos direitos, liberdades e garantias pessoais, como ainda, dos direitos económicos, sociais e culturais do nosso povo.

Quem num estado de direito democrático, tem a capacidade de alterar os seus governantes, quer centrais quer municipais, é a população, ao exercer de forma espontânea o seu direito político, sobretudo um dever cívico.

Dever cívico esse expresso constitucionalmente, mas sobretudo, expresso na capacidade de voto, ato que deveria ser encarado como o momento mais importante da vida coletiva do país, sendo que, exercer esse direito é, só por si, um privilégio.

Mas se é um privilégio, também é uma responsabilidade.

Responsabilidade porque, votar, é para todos os efeitos um ato que nos compromete com a escolha que fazemos, que nos responsabiliza perante o rumo que desejamos para o nosso país e para o nosso município, mas sobretudo porque o sufrágio direto, universal e secreto, se deve ao 25 de Abril de 1974, e a todos



aqueles que arriscaram as suas carreiras e suas vidas, em prol de um ideal que muitos atualmente tomam por adquirido.

É nesse sentido, que especialmente na data comemorativa da revolução do 25 de Abril de 1974, e ainda do 25 de novembro de 1975, data em que transformamos um plano revolucionário em um plano constitucional, que releva a tomada de consciência sobre a participação democrática ativa dos portugueses, no quem respeita ao nível de abstenção nos atos eleitorais, e que carece de uma reflexão urgente.

Torna-se imperativo, encontrar formas que assegurem a participação ativa dos eleitores, porque votar é sobretudo um dever cívico elementar, cujo incumprimento, não pode em caso algum, ser justificado pelo descrédito nas instituições políticas e nos seus intervenientes, fatores que tem sido apontado, entre outros, para justificar os níveis elevados de abstenção.

Independentemente do contexto e da conjuntura política, o voto é e será sempre, a forma de responsabilização política, num sistema democrático representativo como o que temos em Portugal.



Urge, pois, promover reflexão sobre se o princípio da institucionalização do direito fundamental de voto, poderá contribuir para uma diminuição dos valores da abstenção, ou se, esta hipotética obrigação de voto constituiria ela própria, uma limitação à própria liberdade de voto, expressa na liberdade de não votar.

Porque a liberdade de não votar, significa somente, prescindirmos dos direitos e prerrogativas que alcançamos com 25 de Abril de 1974, mas, também e sobretudo, entregarmos a alguns, a capacidade de decidir o futuro do nosso país, do nosso município, ou seja permitir que outros se aproveitem dos motivos abstencionistas para poder fazer as suas escolhas.

Lembro e deixo nas vossas consciências, que o direito de voto, é garantidamente o ato mais nobre da democracia, e é a expressão da voz coletiva do nosso povo.

Viva o 25 de Abril,

Viva a Liberdade e a democracia.

Viva o Município de Loule.



ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

No momento em que se celebra a comemoração do quadragésimo quarto aniversário da revolução dos cravos, importa assinalar esta data histórica e heroica do nosso Povo, numa tripla perspetiva: social, política e histórica.

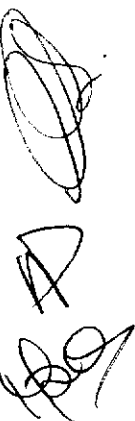
Com efeito, foi no dia 25 de abril de 1974 que o Povo Português acordou de uma longa ditadura de 48 anos, de um dos períodos mais negros da sua história, derrubando o regime fascista e abrindo as janelas do futuro.

Falar do 25 de abril será sempre a oportunidade para relembrarmos o Portugal do antigamente e de o compararmos com o Portugal de hoje. Assim, se porventura fosse possível recuarmos no passado, não reconheceríamos o nosso país. Tínhamos uma enorme taxa de analfabetos (cerca de 33%); um país rural sem saneamento básico, sem eletrificação, sem telefones, sem vias de comunicação. Um país sem liberdade de expressão, sem atividade política, associativa ou sindical, com uma censura prévia de lápis azul, controlando todos os acontecimentos culturais, abrangendo os espetáculos, o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas, a escrita literária e a imprensa.

Efetivamente, existiam nas rádios de então (Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Rádio Renascença, Rádio Marconi, Emissores Associados de Lisboa, Emissores do Norte Reunidos, etc.), enormes listas de músicas que estavam proibidas de ser passadas, havia determinados bens de consumo que não se podiam importar, não se podia sair livremente do país e para abrir um simples estabelecimento comercial ou uma mercearia no mundo rural, era necessário que o representante da União Nacional do meio declarasse que o cidadão requerente era boa pessoa e tinha boa conduta moral.

Um país onde não existiam eleições livres, de partido único permitido, que era a União Nacional, e onde quem destoasse era acusado de agir contra a ideologia do Estado Novo, podendo ser preso e torturado pela polícia política PIDE/DGS, factos que determinaram a existência de presos políticos não tão tristemente célebres cadeias de Caxias, Aljube e Tarrafal, nas quais muitos morreram irmanados na mesma luta e no mesmo ideal de construir uma sociedade livre e democrática.

Um país consumido e que se consumia a si mesmo pelo sacrifício das vidas dos seus jovens que alimentavam uma guerra colonial sem futuro, facto que era reconhecido



por praticamente todos os países e que deixava Portugal isolado no panorama Internacional.

Para além disso, o País sofria ainda uma outra sangria já que muitos acabaram por partir, a salto e com a polícia atrás, para França e outras paragens em busca de uma vida melhor, deixando aqui as suas famílias, constituindo tal facto aquela que seria a primeira fase do despovoamento do interior de Portugal.

Desta forma, o 25 de Abril representa o início de um sonho e o despertar de uma longa noite escura durante a qual morreram muitos Portugueses, irmanados na mesma luta e no mesmo ideal de construir uma sociedade democrática e mais justa.

Por isso, a exaltação dessa madrugada libertadora que Sofia de Melo Breyner Andressen descreve desta maneira:

Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo,

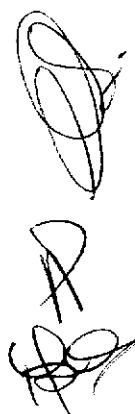
Este poema traduz de forma muito objetiva e concreta, aquela que foi a luta de muitos portugueses no momento em que lhes foi devolvida a dignidade, o sonho e a esperança na construção de uma vida melhor.

Sendo assim, passados todos estes anos, será que ainda faz sentido relembrar e comemorar o 25 de abril?

Sim, relembrar abril é uma necessidade e um imperativo pois que, com a instauração do regime democrático baseado efetivamente na soberania popular, iniciou-se uma nova era no "Portugal de Abril", consagrando-se um regime aberto e plural, cuja estrutura basilar assenta fundamentalmente na criação e consolidação das instituições democráticas, garante dos nossos direitos fundamentais. Torna-se, então, necessário defender esses direitos tão arduamente conquistados, lutando dia após dia pela afirmação dos ideais de abril.

Para os mais jovens, dizer que relembrar a nossa história não significa discuti-la. Apenas evocá-la, mas não como ato de nostalgia. Evocá-la apenas no plano da memória para refletirmos sobre o passado, com a perspetiva que só assim, conhecendo a nossa memória e a nossa identidade, é possível construir um futuro melhor num país livre onde cada um deve ter oportunidade de concretizar os seus sonhos.

Porém, um futuro onde encaramos novas realidades, com novos problemas. Onde a integração social plena ainda não foi conseguida. Onde ainda há manchas de pobreza



que a todos nos deve envergonhar. Onde a violência impera e onde o racismo, a xenofobia e a intolerância religiosa todos os dias nos batem à porta.

Por isso, cada dia constitui um abril que se renova. Um abril que se faz na luta, na criação de melhores condições de vida, na criação de emprego, na criação de riqueza, na defesa dos valores ambientais, da nossa cultura, do nosso património, da afirmação da nossa cidadania. Na defesa da Escola Pública e de uma educação de qualidade, do Serviço Nacional de Saúde. Na defesa intransigente dos nossos valores e dos nossos recursos naturais, do nosso litoral, das nossas praias, do nosso território, e contra aqueles que, a qualquer preço e sem importarem com coisa alguma, pretendem fazer negócio com um bem que a todos diz respeito. Em suma, na defesa da nossa Constituição.

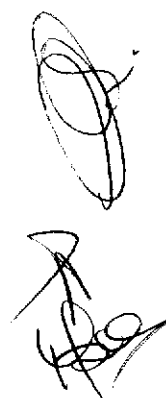
É esta afirmação de cidadania que é necessário desenvolver, com a participação das populações na vida política e nas suas decisões, como por exemplo ao nível dos orçamentos participativos, na construção de um poder local verdadeiramente ao serviço das pessoas e da satisfação das suas necessidades e interesses.

Costuma dizer-se que a história é a consciência dos homens e, sendo assim, estes nunca deverão esquecê-la.

Por isso, lembrar abril é um imperativo que a todos nos deve convocar e mobilizar, em qualquer local e em qualquer circunstância, construindo conjuntamente e lado a lado, os caminhos do futuro.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal



DISCURSO

25 Abril de 2018

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas

Exmo. Sr. Comandante Territorial da GNR

Exmo. Sr. Comandante do Porto de Faro

Exmo. Sr. Comandante da Zona Marítima do Sul

Exmo. Sr. Presidente do Núcleo dos Combatentes

Corpo de Bombeiros

Jovem convidado Rodrigo Faria

Meninos do Coro Infantil de Loulé

Exmo Sr. Dr. Carlos Albino

Exmo. Público

Destacar a elevação desta cerimónia (tópico)

Destacar a qualidade da intervenção do Jovem Rodrigo faria (tópico)

Felicitar o Colégio Internacional de Vilamoura (tópico)

Agradecer ao Coro Infantil de Loulé (tópico)



Exmos. Senhores e Senhoras,

Permitam-me que as minhas palavras iniciais sejam a leitura do poema da nossa poetisa Sofia de Mello Breyner Andresen sobre a data que hoje aqui comemoramos.

“Esta é a madrugada que eu esperava

O Dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

A beleza destas palavras únicas remete-nos para o deslumbramento e a alegria com que essa data foi vivida por aqueles que tiveram a privilégio de viver um daqueles momentos, que a história de vez em quando regista, em que um acontecimento, sem se fazer anunciar, irrompe e liberta uma tremenda energia social capaz de provocar um aceleração repentino na vida de um povo e de um país.

Foi o que se passou com o 25 de Abril, de repente todos nós julgámos possível alcançar o céu.

O atraso e a tristeza, o ar irrespirável da ausência de Liberdade e o sentimento insuportável de que em África morríamos e matávamos sem qualquer glória depressa deram lugar a um tempo novo em que em poucas décadas fomos capazes de descolonizar, democratizar e desenvolver.

A história da Revolução Democrática em Portugal, não ignorando vicissitudes e dificuldades, vitórias e derrotas, que também as houveram ao longo dos últimos 40 anos, do ponto de vista dos interesses da larguíssima maioria dos portugueses podemos com certeza afirmar que a Revolução de 25 de Abril foi um acontecimento muito positivo e que a memória da sua experiência deve ser por nós exaltada e transmitida às futuras gerações como exemplo de que a História é escrita pela vontade dos homens e que nada nem ninguém nos pode dizer, como hoje tantas vezes ouvimos, que este é o único caminho e não há alternativa ou outra escolha possível.

Vejo, precisamente aqui, uma das mais úteis lições que podemos retirar do estudo daquela experiência revolucionária.

Este ano o tema escolhido, o assunto sob o qual decorrem estas comemorações é a participação cívica do cidadão na vida política da sua polis, para usar um termo que aqui me parece completamente apropriado.

Permitam-me que sobre o tema que se considera de maior actualidade diga algumas palavras.

É muito comum ouvirmos dizer que falta interesse por parte dos cidadãos para a participação cívica na vida do país ou na da comunidade local.

Aparentemente isto é verdade e todos os dias recebemos sinais de que de facto assim é. Vejam-se as baixíssimas taxas de participação em sucessivos actos eleitorais, o fraco interesse pela vida associativa nos universos estudantis, desportivos, culturais, empresariais, sindicais e outros. Parece haver um claro desinvestimento do cidadão em estruturas de participação associativa e uma acção crescente na esfera pessoal dos seus interesses. É um facto reconhecido quase sem contestação.

Mas o que deveremos fazer perante uma tal situação? Especialmente nós a quem nos cabe a responsabilidade da governação local.

A decisão da Assembleia Municipal em convidar um jovem a vir aqui hoje a usar da palavra nesta cerimónia fala por si e tem naturalmente um inequívoco valor simbólico.

Devemos estimular o mais possível a participação do cidadão na vida da comunidade. A democracia pressupõe a participação cidadã e não deverá nunca ser capturada pela lógica do estado e das suas extensões partidárias.

Esta é também uma herança a cultivar do 25 de Abril.

Práticas com os parlamentos jovens, sessões camarárias abertas à visitaçao de estudantes e população adulta, encontros nas escolas de figuras públicas locais com os estudantes, orçamentos participativos nas escolas e nos municípios, estímulo à vida associativa nas escolas e fora delas são exemplos que podemos trazer aqui de como no nosso território continuamos fieis a esse acontecimento memorável que foi o 25 de Abril.

Meus senhores e minhas senhoras comemoramos este dia revisitando os acontecimentos daquele "dia inicial inteiro e limpo" e saibamos sempre que sonhar é próprio dos homens inconformados com o mundo injusto e feio que voltou a crescer à nossa volta.

VIVA O 25 DE ABRIL

Obrigado MFA e

Portugueses que fizeram o 25 de Abril

Vitor Aleixo

Presidente da Câmara Municipal de Loulé



